



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar coletivo dos alunos da rede municipal de educação, conforme especificações constantes no Termo de Referência**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 – (Participação de ampla concorrência)

Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar coletivo dos alunos da rede municipal de educação, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Linha n.º 01 - Nome: Ponte Preta / Água das Poças. Veículo de no mínimo 18 lugares, com no máximo 15 anos de uso, para prestação de	KM	60.000	R\$ 6,68	R\$ 400.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>serviço de transporte escolar coletivo dos alunos da rede municipal de educação: entrada e saída de alunos - o percurso será realizado 3 vezes ao dia, nos períodos da manhã, meio-dia e tarde passando pelos bairros, de acordo com o cronograma/percurso definido pela Rede de Ensino.</p> <p>1. Horário: Entrada dos alunos das 07:20 às 08:00 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>2. Horário: Saída dos alunos das 11:30 as 11:45 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>3. Horário: Entrada dos alunos das 12:50 às 13:00 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>4. Horário: Saída dos alunos das 17:30 às 17:45 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>Vias pavimentadas e não pavimentadas, de segunda à sexta-feira e eventualmente aos sábados, conforme calendário escolar.</p>				
02	Linha n.º 02 - Nome: Cassemiro / Água do Cedro.	KM	32.000	R\$ 6,68	R\$ 213.760,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

<p>Veículo de no mínimo 18 lugares, com no máximo 15 anos de uso, para prestação de serviço de transporte escolar coletivo dos alunos da rede municipal de educação: entrada e saída de alunos - o percurso será realizado 3 vezes ao dia, nos períodos da manhã, meio-dia e tarde passando pelos bairros, de acordo com o cronograma/percurso definido pela rede de ensino.</p> <p>1. Horário: Entrada dos alunos das 07:20 às 08:00 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>2. Horário: Saída dos alunos das 11:30 às 11:45 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>3. Horário: Entrada dos alunos das 12:50 às 13:00 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>4. Horário: Saída dos alunos das 17:30 às 17:45 hs. - Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.</p> <p>Vias pavimentadas e não pavimentadas, de segunda à sexta-feira e eventualmente aos sábados, conforme calendário escolar.</p>				
--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Total	R\$ 614.560,00
--------------	-----------------------

2.2. Valor total da contratação **R\$ 614.560,00 (seiscentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta reais).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. O ciclo de vida do objeto é um componente essencial para assegurar a eficácia e a sustentabilidade dos serviços contratados, como o transporte escolar coletivo. O ciclo de vida descreve todas as etapas pelas quais o serviço passará, desde o planejamento inicial até a execução e avaliação final, garantindo que os resultados atendam às expectativas estabelecidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.3. A garantia de qualidade do objeto, por sua vez, envolve a implementação de práticas e processos contínuos para assegurar que todos os aspectos do serviço, como segurança, pontualidade, e manutenção dos veículos, estejam em conformidade com as normas exigidas, assegurando que o serviço prestado seja sempre de alto padrão.

4.4. Esses dois elementos trabalham de forma integrada, buscando não apenas atender aos requisitos contratuais, mas também garantir que o serviço seja eficaz, seguro, e capaz de gerar benefícios duradouros para a comunidade escolar. O acompanhamento e a avaliação constante são fundamentais para ajustar e aprimorar continuamente o serviço, assegurando sua continuidade e excelência ao longo do tempo

4.5. O ciclo de vida do objeto, no contexto do serviço de transporte escolar coletivo, refere-se ao processo completo desde a contratação do serviço até a sua finalização, incluindo a manutenção e os ajustes necessários para garantir sua eficiência e continuidade. Esse ciclo pode ser dividido nas seguintes etapas:

a) Planejamento e Contratação: Nesta fase, são definidas as especificações do serviço, como rotas, veículos necessários, número de alunos a serem atendidos, e os requisitos de segurança. A contratação se dá por meio de licitação ou outro processo legal, com base nos critérios estabelecidos, garantindo que a empresa contratada atenda às exigências do contrato.

b) Execução do Serviço: A execução envolve a operação do transporte escolar, onde os veículos são utilizados para realizar as rotas diárias de maneira pontual e segura. Durante essa etapa, é fundamental a gestão contínua da frota, o monitoramento dos motoristas e a supervisão dos alunos.

c) Acompanhamento e Fiscalização: Durante a execução, é necessário realizar o acompanhamento e a fiscalização do serviço prestado, garantindo que as normas e os requisitos do contrato sejam cumpridos. Esse acompanhamento pode envolver a avaliação de pontualidade, segurança dos alunos, manutenção dos veículos e satisfação dos pais e responsáveis.

d) Manutenção e Ajustes: Ao longo do ciclo de vida do serviço, a manutenção regular dos veículos é essencial para garantir sua segurança e funcionamento adequado. Isso inclui manutenções preventivas, como verificações periódicas de pneus, sistemas de freios, e outros aspectos importantes para a segurança do transporte escolar.

e) Avaliação de Resultados e Feedback: A avaliação contínua do desempenho do serviço e o feedback das famílias e da comunidade escolar são importantes para identificar possíveis melhorias ou ajustes nas rotas, horários ou nas condições de transporte. A análise desses dados pode ajudar na melhoria do serviço para atender ainda mais efetivamente às necessidades dos alunos.

f) Encerramento ou Renovação da Ata: Ao final do período vigência, ocorre a análise dos resultados, e o contrato pode ser renovado ou encerrado com base na performance da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

prestadora de serviços. Caso o contrato seja renovado, é importante garantir que as condições e padrões de qualidade sejam mantidos ou aprimorados.

Garantia de qualidade do objeto

4.6. A garantia de qualidade do serviço de transporte escolar coletivo deve ser implementada em todas as fases do ciclo de vida do objeto, com ênfase nos seguintes aspectos:

- a) Conformidade com as Normas Legais e Regulamentares: A empresa contratada deve garantir que todos os veículos e profissionais atendam às regulamentações vigentes, como as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), normas de segurança e requisitos específicos para transporte escolar. Isso inclui a regularização dos veículos (licenciamento e vistorias), habilitação dos motoristas e cumprimento das exigências de segurança.
- b) Manutenção Preventiva e Corretiva: A qualidade do serviço depende de veículos bem mantidos. A empresa contratada deve estabelecer um cronograma de manutenção preventiva para todos os veículos, além de um plano de manutenção corretiva que possa ser acionado em caso de falhas inesperadas. A fiscalização da qualidade de manutenção é uma forma de assegurar a longevidade do serviço.
- c) Capacitação Contínua dos Profissionais: A qualidade do serviço também está vinculada à qualificação dos motoristas e monitores. A empresa deve garantir que os motoristas recebam treinamentos regulares sobre segurança, primeiros socorros, e as especificidades do transporte escolar, além de promover uma cultura de respeito e cordialidade no trato com os alunos.
- d) Monitoramento de Desempenho e Satisfação: O monitoramento constante das rotas, pontualidade e condições dos veículos é essencial para garantir a qualidade. Além disso, é fundamental realizar pesquisas de satisfação junto aos pais e responsáveis para identificar pontos de melhoria e ajustar o serviço conforme as necessidades da comunidade escolar.
- e) Responsabilidade e Transparência: A empresa contratada deve demonstrar responsabilidade e transparência na execução do serviço, apresentando relatórios periódicos sobre o desempenho, incluindo a quantidade de alunos atendidos, o número de incidentes e ações corretivas, bem como o status da frota e a segurança dos veículos.
- f) Acompanhamento e Fiscalização Independente: O fiscal de contrato deve realizar verificações regulares ao acompanhamento do serviço, garantindo que a empresa contratada cumpra todas as obrigações contratuais e mantenha os padrões de qualidade acordados.

4.7. A aplicação desses métodos garantirá que o serviço de transporte escolar coletivo não apenas atenda às expectativas, mas também melhore constantemente, oferecendo um transporte seguro, eficiente e de qualidade para os alunos da rede municipal de educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.4. Os serviços não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.5. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. A contratada não poderá subcontratar o contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, salvo autorização prévia, por escrito, do contratante.

5.4. A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de **20% (vinte)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

a) Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica, quando exigidos no edital;

b) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

c) É vedada a subcontratação de pessoa de jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.5. Se a contratada ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas jurídicas sem autorização prévia e por escrito do contratante, deverá obrigatoriamente reassumir a execução do contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive rescisão do contrato.

5.6. É vedada a subcontratação total do objeto.

Do Parcelamento

5.7. O objeto será licitado e contratado por item, de forma mensal, conforme cronograma estabelecido pela secretaria demandante.

Do orçamento Sigiloso

5.8. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra

5.9. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.10. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

5.11. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.12. Na execução do objeto devem ser observados pela contratada os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

5.13. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.14. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

5.15. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.16. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

5.17. Os colaboradores devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.

5.18. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.19. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.20. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Das disposições gerais

6.1. Na presente contratação será utilizado o tipo de execução por “quilômetro rodado”, pois a Administração já possui conhecimento da distância das rotas, o que reduz ou inviabiliza o risco de superfaturamento por parte da Contratada, também porque sempre que é diminuída ou aumentada a rota, pelo fato de mudança de endereço de alunos, é feita a medição juntamente com o transportador.

6.2. Além disso, como não é possível prever a quantidade de alunos ano a ano, portanto, essa forma de contratação flexibiliza a inserção ou retirada de novos trechos quando necessário.

6.3. As atuais rotas estão relacionadas abaixo com as respectivas distâncias em quilometragem entre o primeiro embarque e a Escola Municipal Dom Bosco / Escola Municipal Júlia Ferezim Begali / CMEI Meu Pequeno Príncipe / CMEI Irineuza Batista do Prado / Colégio Estadual José de Anchieta / Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco. Essas distâncias servirão como base para estimativa da quilometragem total para um contrato de 12 (doze) meses.

6.4. As atuais rotas possuem média de quilometragem, considerando o ano letivo de 201 dias e demais apontamentos anteriores, a quantidade total estimada de quilômetros por linha está discriminada na tabela a seguir:

6.5. Rotas e Distâncias – Demanda Atual (em km)

a) Nota 1: As informações sobre quilometragem foram extraídas no site do <https://www.google.com.br/earth/>.

b) Nota 2: Para o cálculo da distância trajeto deverá ser considerado o arredondamento das casas decimais, tendo em vista que o trajeto foi traçado através do site informado, podendo haver diferenças mínimas nas linhas, desta forma, será considerado como distância da Linha nº 01 - Nome: Ponte preta / água das poças: 46 Km e a distância da Linha nº 02 - Nome: Casemiro / água do cedro: 23 Km.



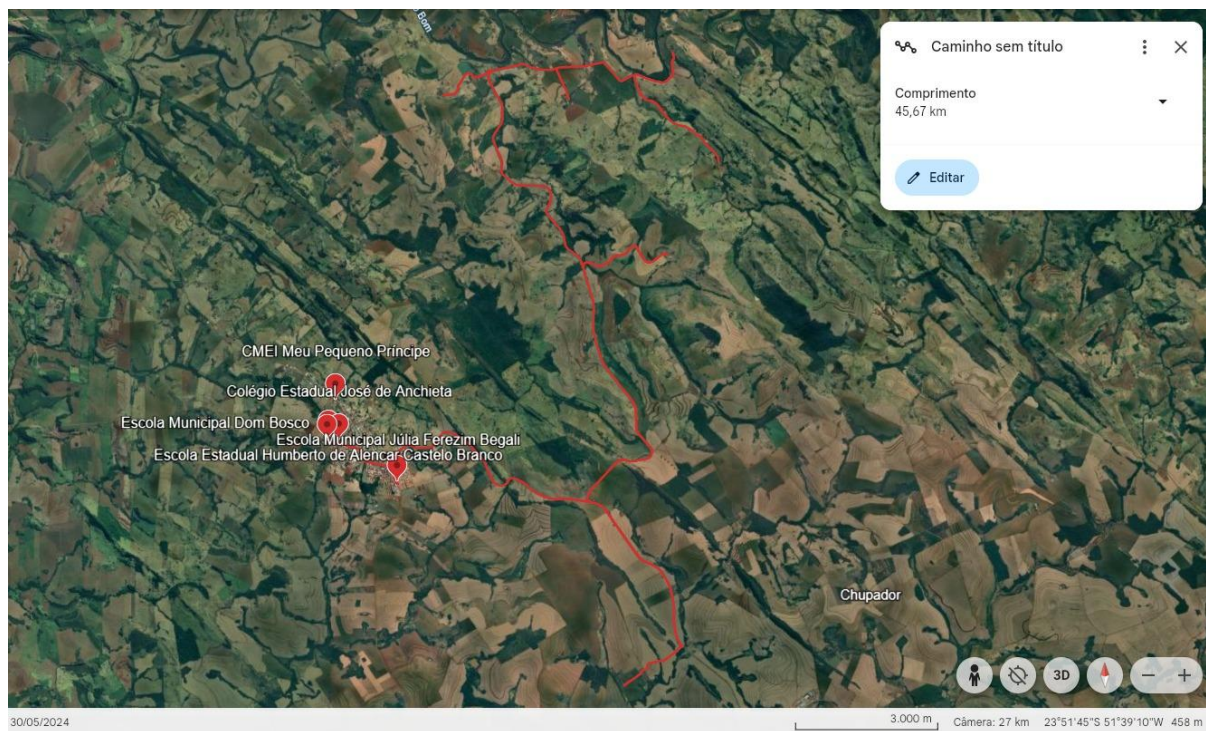
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Linha n.º 01 - Nome: Ponte preta / água das poças:

Percurso: 276 km diário.



Linha n.º 02 - Nome: Cassemiro / água do cedro:

Percurso: 138 km diário.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.6. O percurso das linhas será percorrido 3 (três) vezes ao dia, no período da manhã indo buscar os alunos, no meio do dia o qual levará os alunos do período da manhã e já irá trazer os alunos do período da tarde e a tarde onde levará os alunos do período da tarde.

6.7. As quilometragens e rotas indicadas nos mapas acima servem apenas de referência para o ano letivo de 2025, não constituindo em hipótese nenhuma obrigação por parte do Departamento de Transporte Escolar de efetuar-las, podendo ser menor ou maior, de acordo com as necessidades, ou ainda, a Administração poderá solicitar que as viagens se originem de outros locais. Também poderão ser suspensos os serviços, se houver indicação das autoridades em relação à situação de pandemias ou estado de calamidade.

6.8. Para a confecção da proposta, de acordo com o Calendário Escolar de 2025 e anos subsequentes, deverá ser considerado:

- a) Aproximadamente 202 dias letivos, podendo haver sábados letivos;
- b) Horário das aulas de segunda a sexta-feira: das 07h20min às 17h45min;
- c) Esses horários são apenas indicativos e poderão ser alterados pela Administração.

6.9. Trata-se da prestação de serviço sob demanda, portanto, o serviço poderá ser interrompido durante a vigência do Contrato por interesse da Administração. O Departamento de Transporte Escolar não é obrigado a usar o serviço contratado na totalidade e reserva-se ao direito de interromper o serviço por interesse da Administração.

6.10. As rotas são definidas conforme necessidade da Administração. Os itinerários e os horários pré-determinados poderão ser alterados de comum acordo com a Contratada e sempre que for necessário em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego e/ou inclusão de alunos.

6.11. Para efeito de início da contagem da quilometragem será considerada a saída dos veículos da garagem ou de outro ponto de referência a ser definido pela Administração.

6.12. O Departamento de Transporte Escolar não garante uma quantidade mínima de quilômetros rodados por mês, pois pode ser alterado conforme a necessidade para atender os alunos, seja aumentando com a chegada de um aluno novo ou diminuindo devido a um aluno ter se mudado.

6.13. Caso seja inaugurada rota diferente, o preço do quilômetro do tipo do veículo a ser utilizado deverá permanecer inalterado, exceto se comprovada a necessidade de modificação.

6.14. A prestação dos serviços dar-se-á de forma a acompanhar a jornada escolar, conforme os dias letivos. Quando necessário e desde que previamente solicitado em até 03 (três) dias úteis, serão prestados também nos casos de reposição de aulas, reforço/recuperação escolar, ou na ocorrência de atividades extracurriculares em forma de viagens extras, não havendo acréscimo do preço unitário do Km contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.15. O planejamento do transporte escolar para o ano de 2025 será fundamentado no Calendário Escolar estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação de Borrazópolis/PR. O calendário prevê a realização de 201 dias letivos, conforme legislação vigente, que estipula a obrigatoriedade de um número mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar para assegurar o cumprimento do conteúdo programático e o desenvolvimento integral dos alunos.

6.16. A estimativa considera a possibilidade de reposições de aulas, atividades aos sábados, e a inclusão de eventos pedagógicos ou extracurriculares que complementem a formação dos estudantes. Dessa forma, o serviço de transporte escolar será estruturado de maneira flexível, garantindo que as necessidades da comunidade escolar sejam atendidas de forma eficiente e segura ao longo de todo o período letivo.

6.17. Pelo exposto, e considerando o planejamento para o período 12 meses da contratação a definição da quantidade total estimada para a prestação do serviço de transporte escolar no ano de 2025 baseia-se nas rotas identificadas, na média de quilometragem diária percorrida e no número de dias letivos previstos no calendário escolar. Essa estimativa é essencial para garantir o planejamento adequado e a alocação eficiente de recursos, assegurando o atendimento pleno à demanda de transporte dos alunos da rede municipal e estadual de ensino.

6.18. A metodologia utilizada para o cálculo considera as necessidades reais dos estudantes, incluindo deslocamentos em áreas urbanas e rurais, bem como ajustes necessários devido a mudanças no número de alunos ou alterações de endereço. Essa abordagem garante que o serviço contratado seja dimensionado de forma precisa, atendendo às exigências de flexibilidade e eficiência operacional.

Especificações Gerais:

6.19. A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, DETRAN, e suas alterações, e das Resoluções do CETRAN, CONTRAN, CONATRAN e demais normas vigentes.

6.20. A contratada deverá ter plena ciência das condições locais para execução do objeto, com relação as condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. A licitante deve ter atenção quanto à localização da rota em virtude de estarem localizadas principalmente em zona rural, com estradas não pavimentadas (de chão).

6.21. A quilometragem das linhas e o número de lugares dos veículos poderão ser alterados de acordo com a solicitação desta Administração, devido ao aumento ou diminuição do número de alunos e localização dos mesmos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.22. Os serviços deverão atender as quantidades e especificações conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

6.23. Será considerada para efeito de definição da quilometragem a distância percorrida entre o ponto inicial (local de embarque do primeiro aluno) e o ponto final (unidade escolar onde desembarca o último aluno).

6.24. A empresa vencedora é responsável pelo transporte escolar incluindo veículo e sua manutenção, motorista, seguro e demais despesas e/ou taxas que venham a incidir sobre a prestação do serviço.

6.25. Durante a execução do contrato se houver redução ou aumento no número de alunos, poderá ser modificada a quilometragem executada no mês, inclusive com possibilidade de alteração nos dias em que o roteiro é efetuado, podendo ser desnecessário o transporte em algum dia da semana.

6.26. O transporte deverá ser efetuado durante a semana (segunda a sexta) no horário (período) e roteiro conforme o TURNO e eventuais roteiros extras de acordo com a necessidade da comunidade escolar, através do Departamento de Transporte Escolar.

Em relação ao veículo:

6.27. Em relação à capacidade de passageiros exige-se que os veículos sejam: Vans, Micro-ônibus ou Ônibus e tenham a capacidade mínima para atender aos alunos da rota licitada.

6.28. No Código de Trânsito Brasileiro, Cap. XIII - DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES, o art. 136 estabelece que os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto que, em relação à apresentação, os veículos devem possuir:

- a) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- b) Cintos de segurança em boas condições e para todos os alunos, de acordo com a legislação;
- c) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);
- d) Apresentação diferenciada, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, conforme legislação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
- f) Extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- g) Limitadores de abertura dos vidros corrediços de no máximo dez centímetros;
- h) Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- i) Utilização obrigatória de equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;
- j) Recomendam-se dispositivos de monitoramento que permitam a observação das atividades no interior do veículo e da via em que o veículo estiver sendo conduzido, conforme legislação;
- k) Pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);
- l) Portas e janelas em perfeito estado de funcionamento, e,
- m) Demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do CONTRAN, do DENATRAN e do DETRAN/PR.

6.29. O veículo ainda:

- a) Ter capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas (de chão);
- b) Encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpo, não ter assentos rasgados, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;
- c) Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA n.º 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- d) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA n.º 18, de 06/05/1986, e legislação correlata, e,
- e) Atender, no que couber, à Resolução CONATRAN n.º 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade.

Em relação aos condutores, a Contratada deverá observar os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- 6.30. Ter idade superior a 21 anos;
- 6.31. Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- 6.32. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para o transporte de alunos;
- 6.33. Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;
- 6.34. Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 meses;
- 6.35. Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, renovável a cada 5 anos, conforme exigência prevista no art. 329 do CTB;
- 6.36. Estar devidamente identificado, asseado e com aparência adequada, e,
- 6.37. Portar meio de comunicação e/ou telefone celular, cujos números deverão ser entregues aos responsáveis pelos alunos bem como ao Gestor/Fiscal do Contratante. Seu uso deverá obedecer ao disposto no art. 252, inciso V, do Código Nacional de Trânsito.

Dos prazos de execução dos serviços:

- 6.38. O horário para a prestação dos serviços será estabelecido pela secretaria de requisitante, mediante observância das datas estabelecidas no calendário escolar, disponibilizadas à contratada com a antecedência necessária.
- 6.39. Qualquer alteração na linha, locais, horários e datas serão previamente informados pela contratante à contratada com a antecedência necessária, de no mínimo de **03 (três) dias úteis**.

Das Alterações

- 6.40. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO - ITEM.

Exigências de habilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
484	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.39.00.00.	1103
485	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.39.00.00.	1104
486	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.39.00.00.	1111
487	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.39.00.00.	31118

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Borrazópolis/PR, 13 de abril de 2026.

Cleide da Silva Michelin
Secretária Municipal de Educação